



PROJETO DE INTERVENÇÃO

Abertura de Procedimento Concursal para
Eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas
de Santa Comba Dão

Maria Madalena Ferreira Dinis

Índice

Preâmbulo	1
1. Enquadramento	3
1.1. Missão do Agrupamento	3
1.2. Visão do Agrupamento	4
2. Plano de Orientação e Ação Estratégica	4
2.1. Da diagnose à ação estratégica	4
2.2. Diagnóstico	6
2.2.1. Domínio – Resultados	6
2.2.2. Domínio – Prestação do Serviço Educativo	7
2.2.3. Domínio – Liderança e Gestão e Relação Escola-Comunidade	8
2.2.4. Domínio – Autoavaliação	9
2.3. Identificação dos domínios de intervenção	9
2.3.1. Domínio – Resultados	9
2.3.2. Domínio – Prestação do Serviço Educativo	10
2.3.3. Domínio – Liderança e Gestão e Relação Escola-Comunidade	11
2.3.4. Domínio – Autoavaliação	11
Considerações Finais	12
Bibliografia	13

Preâmbulo

No âmbito do procedimento concursal de recrutamento para a eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão que integra a Escola Secundária de Santa Comba Dão, a Escola Básica de Santa Comba Dão, a Escola Básica de Santa Comba Dão - Norte, a Escola Básica de Santa Comba Dão - Sul e a Escola Básica de Santa Comba Dão - Centro, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, aberto pelo Aviso n.º 6001/2019, de 03 de abril, venho submeter à apreciação do conselho geral o meu Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão (a seguir designado sob a sigla de AESCD), para o quadriénio de 2019/2023.

A candidatura que apresento sustenta-se na experiência profissional acumulada durante aproximadamente 30 anos de serviço, 7 meses e 26 dias (à data) - 29 dos quais foram vividos na Escola Secundária de Santa Comba Dão, tendo o desempenho de funções de administração e gestão escolar ocupado os anos letivos de 1996/97 ao presente com 1 ano de interrupção (2010/11).

A experiência acumulada no desempenho de cargos na área da administração e da gestão escolar ao longo de todos estes anos proporcionou-me um conhecimento objetivo, aprofundado e atualizado das sucessivas políticas organizacionais, das atividades desenvolvidas e das especificidades dos vários ciclos de ensino e estabelecimentos escolares que integram o Agrupamento.

Ao abrigo do estipulado no decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, artigo 21.º, ponto 4, alínea a), adquiri habilitação específica que me capacita para o exercício do cargo de diretora, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 56.º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, designadamente, mediante a obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação – especialização em Administração e Organização Escolar (em novembro de 2010) e a frequência atual do curso de doutoramento em Administração e Políticas Educativas (3.º Ano).

Também os papéis que a vida me permitiu viver nesta Escola foram de índole diversa: enquanto aluna, como mãe de duas alunas que frequentaram três dos estabelecimentos de ensino do agora designado AESCD (o que me permitiu viver a escola numa outra perspetiva, enriquecedora para a compreensão das debilidades, dos pontos fortes, e da respetiva procura de soluções).

Importa salientar que a unidade orgânica Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão foi constituída há 09 anos, e que a liderança da mesma tem sido desempenhada por mim, enquanto diretora, desde há aproximadamente 8 anos, o que me tem permitido adquirir um profundo conhecimento decorrente da gestão de vários estabelecimentos e níveis de ensino, das suas necessidades e constrangimentos, na construção de um projeto comum, pese embora as especificidades de cada um dos cinco estabelecimentos de ensino.

Consciente de que o processo de desenvolvimento da liderança da escola é essencial no contributo que exerce para o seu bom funcionamento - na medida em que influencia e orienta a comunidade na concretização dos objetivos organizacionais – entendo-a indissociável da definição clara da missão, da visão e dos princípios estratégicos adequados à criação de um clima de cooperação que fomente o sentido de inclusão e empenho das equipas, na tomada de decisões participadas, na concretização das tarefas, sendo certo que a eficácia da escola depende do trabalho, do rigor, da responsabilidade, da colaboração e da criatividade, no exercício e no desenvolvimento comprometido do projeto - pertença de toda a comunidade – incluindo as entidades parceiras do Agrupamento.

Em qualquer organização escolar, as pessoas constituem o seu foco fundamental – pelo que os alunos, os docentes, os assistentes técnicos, os assistentes operacionais e os encarregados de educação têm de ser envolvidos no Projeto Educativo do Agrupamento, contribuindo para a criação de uma cultura de escola fundamentada num clima de trabalho assente na confiança, na participação e no compromisso, de modo a que todos se sintam impelidos a assumir as suas responsabilidades no seio da escola, na procura e construção de soluções inovadoras, promotoras de uma escola de qualidade. “Nesta lógica, as dimensões culturais da escola assumem-se como técnicas de gestão facilitadoras da concretização dos resultados, reforçando-se a crença (...) de que o empenhamento, o comprometimento e as tradições culturais promovem a eficácia e a excelência escolar. [Com efeito], alguns registos (...) ilustram bem a importância conferida às culturas integradoras e sua relação com a excelência” (Torres, 2011, p. 97).

1. Enquadramento

As conexões entre o plano individual e o social e, “concomitantemente, entre o passado e o futuro, colocam à educação e à escola múltiplos desafios que suscitam diversas questões” (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória). No seguimento do atrás exposto, o presente projeto assume um compromisso explícito com dois tempos (o passado muito recente e o futuro) sustentados em dois documentos estruturantes do AESCD - o Projeto Educativo 2015/16 - 2018/19 (ainda em vigor) e o Plano de Melhoria (previsto para o biénio 2017/19) - porque nenhuma estratégia de administração e gestão unipessoal deve romper com o projeto de educação que a antecede, sob pena de comprometer o processo futuro de desenvolvimento da ação educativa, no quadro de afirmação da identidade da escola, e na concretização do plano educativo coletivo e do plano estratégico organizacional, tutelado por toda a comunidade escolar/educativa. É assim neste pressuposto de continuidade e melhoria que defino a missão e a visão do AESCD – que sustentam o presente projeto de intervenção.

1.1. Missão do Agrupamento

O sentido singular que queremos acrescentar ao mundo, num propósito distintivo de valor.

Educar e formar cidadãos críticos, responsáveis e empreendedores, dotando-os das competências essenciais para a integração na vida ativa e na comunidade, balizados pelos princípios e valores que constam na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro). Destacamos, concretamente, os seguintes princípios e/ou valores:

- **Princípio da qualidade pedagógica:** a dimensão pedagógica e a procura da qualidade e da exigência são prioritários na ação educativa que procura a excelência;
- **Princípio da transparência:** utilização de critérios ponderados em qualquer tomada de decisão responsável e no tratamento de todos os aspetos inerentes à vida da comunidade educativa, promovendo o compromisso de todos;
- **Princípios da participação e da inclusão:** fomentar a participação ativa e livre de todos os elementos da comunidade educativa na vida escolar, através do exercício de uma liderança com responsabilidades partilhadas, assente na delegação de competências;

- **Princípio da igualdade:** respeito efetivo pelos direitos de todos elementos da comunidade educativa, patente no tratamento das diferentes situações e nas tomadas de decisão.

1.2. Visão do Agrupamento

O retrato do futuro que queremos continuar a criar.

Promoção de ambientes propícios à aprendizagem, ao desenvolvimento de cidadãos saudáveis e solidários, conhecedores, criativos, íntegros e competentes para refletir e atuar de forma proativa e com sucesso aos níveis pessoal, social e profissional, no respeito pelos valores da cidadania e da liberdade. Humanistas conscientes, coerentes, dotados de múltiplas literacias, capazes de as reconfigurarem para responder às exigências atuais de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas, portadores dos princípios da curiosidade, da sensibilidade artística, humanista, do interesse, da inovação, da excelência, dos valores da responsabilidade, do respeito pela diferença e pela democracia.

2. Plano de Orientação e Ação Estratégica

2.1. Da diagnose à ação estratégica

A Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), no âmbito do seu plano de atividades, implementou uma ação de acompanhamento no AESCD, cujo propósito fundamental foi desenvolver metodologias de trabalho que fomentam a intervenção dos elementos da comunidade escolar na conceção e implementação de medidas que visam a melhoria do desempenho da escola e o conseqüente sucesso educativo dos seus alunos.

Teve como objetivo promover uma atuação estratégica para a resolução das dificuldades da escola, a reflexão sobre as práticas pedagógicas e o trabalho colaborativo entre os docentes, tendo em vista o alcance de soluções pedagógicas e didáticas que contribuam para a qualidade das aprendizagens. Tomou como referência algumas das ações/medidas de melhoria anteriormente concebidas pela escola na sequência da avaliação externa e dos seus processos de autoavaliação (e planos de melhoria), bem como as medidas contempladas noutros documentos orientadores, tais como os planos de ação estratégica, concebidos no âmbito do PNPSE (Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar). Decorrente da diagnose realizada no início do ano letivo 2017/18, foram identificadas as

principais fragilidades da escola. A saber: a insuficiente aplicação da avaliação formativa; o insucesso escolar; a reduzida cultura de práticas de trabalho colaborativo. Foram planeadas três ações de melhoria relativas a cada uma das áreas de intervenção, respetivamente: Avaliação do ensino e das aprendizagens - Ação n.º 1: “Bem Avaliar para Melhor Aprender”; Realização do ensino e das aprendizagens - Ação n.º 2: “Porque sou capaz!”; Acompanhamento do trabalho dos docentes - Ação n.º 3: “Observar e Aprender”. Da avaliação global efetuada ao programa, concluiu-se terem sido obtidos os seguintes ganhos ao nível das áreas de intervenção objeto de acompanhamento:

- Trabalho colaborativo dos docentes, reflexão conjunta sobre as diferentes modalidades de avaliação e apropriação da lógica de ciclo na evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico;
- Integração da avaliação formativa como elemento essencial no processo de ensino e de aprendizagem, apoiada em instrumentos de avaliação diversificados aplicados segundo critérios estabelecidos;
- Implementação da avaliação formativa com efeito na recuperação de aprendizagens e no sucesso escolar dos alunos;
- Avaliação dos alunos no ensino básico em respeito pela lógica de ciclo;
- Implementação de tutorias autorregulatórias, estruturadas de forma articulada entre os interlocutores da ação, professores tutores, diretores de turma e tutorandos (p. ex., construção do perfil/histórico individual do tutorando, plano individual e compromisso de responsabilidade) e encarregados de educação;
- Implementação da observação de aulas inter pares, como espaço de reflexão, aprofundamento do trabalho colaborativo e desenvolvimento profissional dos docentes;
- Adoção e regulação das ações apoiadas em mecanismos de monitorização consistentes e fiáveis;
- Identificação de boas práticas pedagógicas resultantes da observação de aulas;
- Melhoria das taxas de sucesso em todas as disciplinas/anos objeto de acompanhamento;
- Melhoria das taxas de transição/aprovação em todos os anos do ensino básico;
- Melhoria expressiva dos resultados escolares dos tutorandos (taxa de sucesso de 100%).

No ponto de vista da Inspeção Geral da Educação, o AESCD realizou melhorias nos domínios dos resultados (no ensino básico) e na prestação do serviço educativo, no ano letivo 2017/18, às quais deve dar continuidade. Do sucesso obtido, ficou o compromisso da escola em dar continuidade e/ou aprofundar as metas concretizadas, consolidando e aprofundando o trabalho profícuo já realizado, e foi em função desse compromisso que o AESCD assumiu o Plano de Melhoria para o biénio 2017/19. Contudo, há ainda domínios que carecem de ser melhorados, conforme o que a seguir é apresentado, a partir da análise diagnóstica aos pontos fortes e respetivas debilidades.

2.2. Diagnóstico

2.2.1. Domínio – Resultados

Pontos Fortes

- Taxa de sucesso da avaliação interna superior à nacional num elevado número de anos de escolaridade.
- Resultados da avaliação externa acima da média nacional (em diversas disciplinas).
- Processo de análise, supervisão e monitorização dos resultados escolares, consubstanciado na avaliação interna, é objeto de reflexão em todas as estruturas de coordenação e supervisão e no Conselho Pedagógico.
- Trabalho colaborativo dos Serviços de Psicologia e Orientação, Educação Especial e CPCJ realizado com os conselhos de turma/docentes.
- Corpo docente estável e com experiência que viabiliza a continuidade pedagógica.
- Promoção do desenvolvimento pessoal e social dos alunos através da participação em projetos de intervenção na comunidade.
- Valorização dos sucessos dos alunos.

Pontos Fracos

- Dificuldades nos domínios da oralidade, da leitura e da escrita, na disciplina de Português.
- Dificuldades nos domínios do cálculo mental, organização e tratamento de dados, interpretação/resolução de problemas e raciocínio matemático.
- Resultados da avaliação externa inferiores à média nacional nas disciplinas de

Física e Química A, Biologia-Geologia e Desenho A.

- Ocorrência de casos de indisciplina existentes na sala de aula, condicionadores da apropriação de saberes por parte dos alunos.
- Falta de métodos e técnicas de trabalho de uma elevada percentagem de alunos.
- Número expressivo de alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Dificuldades na aplicação de conhecimentos do domínio da língua materna, nomeadamente, no que se refere à compreensão e interpretação, no âmbito das disciplinas do currículo.
- Práticas de trabalho colaborativo insuficientes.

2.2.2. Domínio – Prestação do Serviço Educativo

Pontos Fortes

- A dinamização de atividades e projetos diversificados que visam o desenvolvimento integral das crianças e dos alunos
- Taxa de abandono e de desistência nulas.
- Estímulo de autoestima e confiança e valorização do sucesso dos alunos
- Biblioteca Escolar integrada na Rede Bibliotecas Escolares, no Plano Nacional de Leitura e no Plano Nacional de Cinema.
- Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce na Infância.
- Unidade de Apoio a Alunos Multideficientes (UAAM).
- Prioridade a estratégias que concretizam o direito de cada aluno a uma educação inclusiva.
- Oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

Pontos Fracos

- Trabalho incipiente ao nível da articulação e da sequencialidade entre os ciclos de ensino.
- Práticas de trabalho colaborativo insuficientes, designadamente, na planificação e organização de estratégias de diferenciação pedagógica (equipas educativas/ conselho de docentes (turma)).
- Falta de prática generalizada e decidida em conselho de docentes/turma referente à diferenciação pedagógica.

- Práticas pedagógicas pouco consistentes nas áreas experimental e artística.
- Horário atual do início das atividades letivas (Escola Básica de Santa Comba Dão e Escola Secundária).

2.2.3. Domínio – Liderança e Gestão e Relação Escola-Comunidade

Pontos Fortes

- Investimento na manutenção/ diversificação da oferta formativa.
- Existência de um Plano de Atividades de Agrupamento, com base em projetos plurianuais decorrentes dos objetivos sugeridos no Projeto Educativo.
- Enriquecimento da rede de parcerias e protocolos de colaboração com entidades externas, estreitamente relacionadas com os projetos em curso no Agrupamento, com impacte na oferta educativa e na qualidade do serviço educativo prestado.
- A implementação de projetos a médio e longo prazo.
- A Biblioteca Escolar como estrutura onde se realizam percursos formativos e de aprendizagem que estimulam a interação dos alunos com as tecnologias e as fontes de informação diversificadas.
- Trabalho desenvolvido pelo Serviço de Psicologia e pela Educação Especial.
- Estreita relação com a Associação de Pais e Encarregados de Educação na sua missão, atividades e papel junto da comunidade educativa.
- Reconhecimento da comunidade escolar pela ação educativa do Agrupamento.
- Participação dos alunos na vida da escola.
- Práticas de formação dos profissionais, adequadas às necessidades identificadas e às prioridades pedagógicas, curriculares e organizacionais.
- Opções tomadas com impactes positivos na qualidade das aprendizagens, no domínio da afetação dos recursos humanos e materiais.
- Contributo da escola para o desenvolvimento da comunidade envolvente.

Pontos Fracos

- Articulação débil entre as estruturas de gestão de topo e as intermédias.
- Conhecimento pouco aprofundado dos documentos estruturantes do Agrupamento por parte de toda a comunidade educativa.
- Escassos recursos humanos especializados - docentes e não docentes – no domínio

do apoio/assessoria (em diversas áreas).

- Inexistência de espaços/equipamentos de lazer para os alunos.
- Comunicação interna e externa.
- Pouca participação dos pais e encarregados de educação nas atividades promovidas pelo Agrupamento.

2.2.4. Domínio – Autoavaliação

Pontos Fortes

- Autoavaliação do Agrupamento realizada – Resultados escolares, Plano de Atividades do Agrupamento e Biblioteca Escolar.
- Adequação da autoavaliação à realidade do Agrupamento.
- Articulação da autoavaliação do Agrupamento com os restantes processos de avaliação que ocorrem no Agrupamento.

Pontos Fracos

- Insuficiências ao nível da execução, monitorização e acompanhamento das ações de melhoria implementadas.
- Inexistência de estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação com a comunidade educativa.
- Evidências do contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva (implementação das medidas curriculares, afetação de recursos e funcionamento das estruturas de suporte).
- Auscultação e participação abrangentes da comunidade educativa.

2.3. Identificação dos domínios de intervenção

2.3.1. Domínio – Resultados

Objetivos

- Melhorar a percentagem de alunos com percursos diretos de sucesso, nos diversos ciclos de ensino.
- Manter/ aumentar a qualidade do sucesso interno e externo nos diferentes ciclos de ensino, nomeadamente, nas disciplinas estruturantes do currículo.

- Promover o trabalho docente organizado em equipas educativas.
- Adotar medidas de promoção do sucesso escolar, promovendo a equidade, a inclusão e a excelência.
- Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem.
- Educar para um ideal crítico e ativo de cidadania e de solidariedade.
- Elevar os níveis de autonomia e de criatividade.
- Promover a formação dos alunos para a imprevisibilidade e adaptação a contextos de mudança constantes.
- Promover hábitos de vida saudável.
- Fomentar o cumprimento das regras de conduta.

2.3.2. Domínio – Prestação do Serviço Educativo

Objetivos

- Fomentar a articulação entre níveis/ciclos de ensino.
- Promover o trabalho colaborativo entre os docentes para melhorar as aprendizagens.
- Reforçar a articulação e a sequencialidade do percurso formativo dos alunos, ao longo dos níveis/ciclos de ensino.
- Integrar atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas no desenvolvimento do currículo, enriquecedoras do processo ensino e aprendizagem.
- Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos tendo em conta as suas dificuldades ou elevadas capacidades de aprendizagem.
- Otimizar a prática letiva pela inovação curricular e pedagógica.
- Fomentar a aplicação de estratégias de ensino e de aprendizagem orientadas para o sucesso educativo, com vista à melhoria das aprendizagens.
- Concretizar medidas de apoio ao ensino que tornem a escola num ambiente propício à aprendizagem e que promovam a equidade e a inclusão de todas as crianças e jovens.
- Promover o desenvolvimento do espírito crítico e a resolução de problemas, recorrendo à metodologia de projeto, a atividades experimentais e ao trabalho em equipa.

- Desenvolver procedimentos formais e informais que fixem os alunos na escola (nomeadamente, através do ajustamento do horário de início das atividades letivas e da auscultação dos alunos relativamente à oferta formativa).

2.3.3. Domínio – Liderança e Gestão e Relação Escola-Comunidade

Objetivos

- Comprometer os diferentes atores educativos na visão estratégica do AESCD.
- Concretizar ações educativas com vista à consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Envolver todos os representantes da comunidade educativa na criação dos diferentes documentos estruturantes da escola.
- Promover a comunicação interna e externa.
- Valorizar e reforçar a articulação entre as estruturas de gestão de topo e as intermédias.
- Estimular e apoiar iniciativas de inovação curricular e pedagógica que promovam a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo, à melhoria das aprendizagens enquadradas na estratégia de educação para a cidadania e no programa de flexibilização curricular.
- Facilitar a participação dos pais e encarregados de educação na vida do Agrupamento e no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos.
- Promover o compromisso dos pais e encarregados de educação no âmbito da aplicação das medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.
- Reforçar a rede de parcerias e protocolos de colaboração com instituições público/privadas.
- Celebrar protocolos que colmatem a carência de recursos humanos/materiais.

2.3.4. Domínio – Autoavaliação

Objetivos

- Consolidar e aprofundar processos abrangentes de autoavaliação do Agrupamento e respetivas estratégias de reflexão e comunicação dos resultados.
- Fomentar práticas de autoavaliação dos processos de melhoria organizacional da escola, do desenvolvimento curricular e do processo de ensino e aprendizagem.

-
- Aplicar metodologias de avaliação que permitam aos alunos a consecução dos seus objetivos educacionais e aos docentes a supervisão das atividades desenvolvidas.

Considerações Finais

A definição dos objetivos sociais, políticos e educativos da administração e gestão escolar garante uma aproximação “à sua finalidade pedagógica que integra diversos propósitos” [a saber] “a formação da personalidade, transmissão e apropriação de saber e cultura, que devem ser pensados de forma articulada” (Carvalho, 2013, p. 216), a fim de se desenvolverem projetos articulados de educação democrática escolar.

De acordo com estudos contemporâneos sobre administração e organização escolar, a problemática da decisão num lugar de liderança merece destaque, pelo facto de ser considerada um elemento essencial e uma atividade nuclear à qual estão subordinadas as demais atividades e entidades que se operam no seu interior. Aliás, a escola tem vindo a ser forçada a prestar mais atenção ao meio envolvente e genericamente a tudo o que se passa no exterior e no mundo em geral. Esta problemática adquire tanto mais destaque quanto mais são esperadas a descentralização do sistema educativo, a autonomia e a participação democrática na escola (Carvalho, 2017).

Segundo Lima (2018), não existe “outro processo de ensinar e aprender a democracia e de conseguir interessar cada um de nós pelos assuntos relativos ao governo da coisa pública que não seja através do exercício da democracia e da participação, da cidadania ativa” (p. 25). Face ao exposto, fica assente que a escola não pode ensinar os valores da cidadania e as regras da participação e do exercício do poder democrático “através de processos de governo autocráticos, sob práticas elitistas e oligárquicas, subjugadas a líderes autoritários (...), ou [de] racionalidade técnico-instrumental” (idem, p. 26), uma vez que a escola é considerada a organização ideal no cultivo da educação e da formação do sujeito, enquanto pessoa autónoma no exercício dos princípios da democracia e da liberdade.

Bibliografia

Carvalho, M. (2013). A administração escolar: racionalidade ou racionalidades? *Revista Lusófona de Educação*, n.º 25, p. 213-229.

Carvalho, M. (2017). Democracia em crise na escola pública portuguesa? In: Lima, L., Sá, V. (Orgs.). *O governo das escolas. Democracia, controlo e performatividade*, p. 195-212. Instituto da Educação da Universidade do Minho. Edições Húmus.

Lima, L. (2018). Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? *Educar em Revista*, v. 34, n.º 68, pp. 15-28. Curitiba, Brasil.

Torres, L. (2011). A construção da autonomia num contexto de dependências. Limitações e possibilidades nos processos de (in)decisão na escola pública. *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 32, pp. 91-109.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017) – homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho

Legislação consultada

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho

Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 06 de julho

Aviso n.º 6001/2019, de 03 de abril

Santa Comba Dão, em 17 de abril de 2019

A Candidata,

Maria Madalena Ferreira Dinis